

JOSÉ WILLINGTON GERMANO

Política Educacional em Questão

Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFRN, mestre em Sociologia e doutor em História da Educação, ambos pela UNICAMP/SP, José Willington Germano tem dedicado-se à pesquisa no campo da política educacional brasileira, onde produziu vários trabalhos. Esses estudos têm resultado numa significativa produção científica, contribuindo para o debate e a reflexão no âmbito acadêmico. É autor dos livros "Lendo e Aprendendo: A Campanha de Pé no Chão também se Aprende a Ler" e "Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)", ambos editados pela Cortez, além de inúmeros artigos publicados em jornais e revistas especializadas em educação e ciências sociais.

A Revista EDUCAÇÃO EM QUESTÃO registra a entrevista de José Willington Germano concedida com exclusividade às professoras Eva Cristini Arruda Câmara Barros e Maria Tereza de Moraes, UFRN, em Natal, após o lançamento de seu último livro "Estado Militar e Educação no Brasil (1964-1985)".

EQ – Fale-nos um pouco de suas experiências passadas e de como elas contribuíram no desdobramento das pesquisas que você realizou posteriormente na Universidade.

WG – O fato de fazer pesquisa implica uma atitude diante da vida, uma atitude de questionar, de ter curiosidade; isso faz parte da minha personalidade, da minha atuação como

profissional e como estudante desde muito tempo. Mesmo ainda no ginásio eu tinha muita curiosidade. Formava grupos de estudo, de pesquisa. Tive uma participação no movimento estudantil, antes de 64, quando ainda estudava no ginásio. O fato de você participar de um movimento estudantil, formar grupos de estudo, grupos de reflexão, significa adotar uma atitude questionadora diante da vida. Muita gente não entende o que é fazer pesquisa. Assim, muitos pensam que fazer pesquisa diz respeito somente à utilização de um enorme aparato instrumental. Fazer pesquisa não é isto. É, antes de tudo, ter uma postura de curiosidade, uma vontade de conhecer e de produzir conhecimento sobre a realidade. E essa postura eu tenho conduzido durante toda minha vida. Desde o ginásio à faculdade, onde ingressei no curso de Sociologia, da Fundação José Augusto. Depois que eu concluí, fui professor de Métodos e Técnicas de Pesquisa. Lá, tinha um grupo de pessoas interessadas na investigação, no questionamento.

Depois de graduado, ingressei em 1973 na Secretaria de Educação e Cultura do RN (SEC/RN). Mas, antes, trabalhei no Movimento de Educação de Base (MEB), Sistema de Natal, onde também tinha um grupo de estudos e pesquisas. Fazia todo aquele levantamento, apesar de muito primário, muito elementar. Mas, era uma tentativa de se fazer uma certa leitura da realidade. Estagiei também no CRUTAC/RN (Centro Rural Universitário de Treinamento e Ação Comunitária). Tive participação em alguns estudos. Um deles, por exemplo, sobre medicina popular, foi muito divulgado, inclusive citado em diversas pesquisas de âmbito nacional. Trata-se de um levantamento, de uma pesquisa simples, mas que manifesta de qualquer forma uma certa curiosidade, um interesse em investigar.

Quando ingressei na Secretaria de Educação do Estado, já havia trabalhado aproximadamente um ano no setor de pesquisa da Secretaria de Educação do Município de Natal.

Encontrei na SEC/RN um grupo de pessoas que trabalhava na Assessoria de Planejamento, muito interessado em investigar e realizar estudos, suplantando, assim, a rotina burocrática. Na época, anos 70, o planejamento e a tecnocracia estavam altamente valorizados, enquanto técnica de intervenção e de resolução de problemas sociais. Isso facilitou a formação de grupos que se interessavam em fazer diagnósticos da realidade, investigações, pesquisas, elaborar projetos no campo educacional. Todos eles muito bem justificados, muito bem fundamentados em análises da realidade. Chegamos a publicar alguns diagnósticos e a promover também discussões e debates acerca de temas relevantes no campo da educação. Esse grupo evoluiu e inovou ao longo do tempo. Eu acredito que ele inovou por dois motivos: primeiro, porque estruturou o planejamento e, segundo, porque, com o período de abertura democrática, desempenhou um trabalho enorme de renovação, de discussão. Depois, na década de 80, esse grupo teve uma importância muito grande ao desencadear um processo crítico em relação ao que se fazia, até então, na área educacional, questionando, enfim, o Estado militar e suas seqüelas no âmbito da SEC. Ele vai introduzir a discussão de uma literatura nova, vai, inclusive, exercer uma crítica ao planejamento e à administração educacional, assim por diante. De maneira que eu considero as experiências na Secretaria de Educação do RN como uma escola na qual muito aprendi, inclusive no que diz respeito aos meandros do poder no nosso Estado, a prática dos governantes com relação à educação, bem como aprendi muito com os meus colegas de trabalho.

Pois bem, esse grupo, que levou a cabo o questionamento do que se fazia, contribuiu para a formação de um núcleo intelectual da maior seriedade. Nós conhecíamos o planejamento, os meandros do Estado e as práticas dos governantes. Começamos a investigar tudo isso, a ponto de gerar um conflito enorme. É tanto que o último Plano de Educação (1980/85) que elaboramos foi publicado muito tempo depois, completamente depenado.

É claro que todo esse período, toda essa experiência de mais de dez anos, vai ter um desdobramento ao nível do que fiz no mestrado e no doutorado, isto é, a preocupação de analisar as relações entre Estado e educação no Brasil. Foi o que fiz em minha dissertação de mestrado, através do estudo de uma experiência desenvolvida pela Prefeitura de Natal, antes do Regime Militar. Trata-se da Campanha "De Pé no Chão também se Aprende a Ler", da época de Djalma Maranhão.

No doutorado, também fiz um estudo onde investiguei as relações entre Estado e educação no Brasil durante o Regime Militar. Com isto quero dizer que a experiência da SEC/RN levou-me a ter interesse por esse tema. Além disso, está em jogo também a avaliação de que este é um tema relevante para a compreensão dos problemas da educação e da própria realidade social brasileira nos últimos 30 anos. Em síntese, eu diria que o que faço hoje, na UFRN, tem a ver, sim, com aquele período (anos 70, princípio dos anos 80), com o grupo com o qual trabalhava, com as discussões que nós fazíamos, com os questionamentos feitos e com a evolução no grupo. Esse grupo era constituído de pessoas de esquerda e que tinham um potencial crítico. Mas elas mesmas beberam um pouco aquelas idéias da época, da reforma do ensino de 1º e 2º graus (Lei 5.692/1971), as idéias de planejamento como competência superior. Era um grupo, portanto, que só depois (início dos anos 80) vai questionar as idéias correntes acerca do planejamento. Esse mesmo grupo também achou a Reforma segundo a Lei 5.692 extremamente significativa. Vale ressaltar que houve uma diferença entre o contexto da reforma universitária (1968) e o da reforma do ensino de 1º e 2º graus (1971). A reforma universitária de 1968 foi precedida de intensa mobilização política desencadeada pela esquerda estudantil, que vai criticar a política educacional do Regime Militar, os acordos MEC/USAID etc. Depois, uma parte dessa esquerda que havia concluído os seus cursos universitários e que estava trabalhando no planejamento

governamental não vai questionar a reforma de 1º e 2º graus, ela vai aceitar, vai aderir à citada reforma. A crítica só vem nos finais dos anos 70, em 78 e 79 e início dos anos 80 com a crise do Regime, com a mudança do contexto histórico. É justamente o momento em que as pessoas vão ter acesso a uma literatura crítica, produzida no pós-68.

EQ – Dessa fase que você recorda nesse momento até chegar à sua tese de doutorado, é evidente que há um salto qualitativo em todos os níveis: na profundidade de análise, na abrangência das questões, no tratamento teórico-metodológico. Agora, fale-nos do momento presente, das motivações que o levaram a estudar minuciosa coleção de documentos reconstitativos da história recente de nossa sociedade.

WG – Como falei no início, o que faz uma pessoa trilhar os caminhos da investigação é uma postura de curiosidade diante do mundo. Ter a curiosidade de reconstruir, de descobrir. Essa é a primeira coisa: a motivação intrínseca do pesquisador. Quem tem curiosidade está querendo investigar, reconstruir, escrever, explicar, legar à sociedade algo, uma leitura do mundo. Esse é um motivo.

Um outro motivo diz respeito ao tema educação: trata-se de um tema que faz parte da minha trajetória intelectual. Sempre tive interesse pelos problemas educacionais. Minha formação é em Sociologia, sou graduado e mestre em Sociologia. Meu doutorado é em História da Educação, mas sempre tive preocupação, interesse de estudar os problemas educacionais, os quais considero relevantes. Nisso vai o reconhecimento de que é uma área nobre, uma área importante de reflexão, porque envolve todas as pessoas, de todas as classes sociais, de todas as idades. Mas, apesar de ela ser importante, tem sido desqualificada, não somente por parte dos intelectuais, enquanto objeto de investigação, como também pela sociedade

brasileira. As nossas elites desconsideram a educação popular porque sempre encararam o povo como escravo. Além do mais, sempre tiveram como resolver a educação dos seus filhos. Em face dessa dura realidade e da extensão da pobreza, o próprio povo não coloca com a devida ênfase a resolução da questão educacional como problema grave, com repercussões negativas no mundo do trabalho e no exercício da cidadania. Surpreende-me ainda o fato de que as esquerdas, em geral, coloquem a educação e a cultura como questões de segunda ordem. Se houvesse valorização por parte da sociedade brasileira, dificilmente a educação pública estaria na condição degradante de hoje. Assim, há o reconhecimento, da minha parte, de que essa é uma área nobre de investigação, importante para a vida social, e que deve ser objeto de reflexão. Além desses motivos, um outro é o estudo do Estado, particularmente do Estado brasileiro, em especial das relações com a educação.

Assim, no tocante à campanha "de pé no chão também se aprende a ler", que é o meu primeiro livro, analiso uma ramificação do "aparelho de Estado", que é a Prefeitura Municipal de Natal, através da sua intervenção na área da educação. Interessa-me o estudo do Estado por ser uma instituição complexa, por ser a principal instituição da sociedade e pelo fato de ele ter um papel chave, fundamental, na sociedade brasileira. Esse é um outro motivo. E, finalmente, por ser uma paixão. Não se faz pesquisa sem paixão, em face das dificuldades em que se traduz o ato de pesquisar. O ato de pesquisar é um ato de enfrentar dificuldades, sobretudo num país como o nosso, em que a memória é destruída, em que os arquivos são desorganizados. Enfim, há também uma paixão pelo tema, que me levou a fazer essa investigação sobre Estado militar e educação, e que me conduziu para que durante todo esse tempo fosse identificando documentos, construindo o objeto de estudo, levantando uma bibliografia, até chegar o momento em que me sentei e escrevi o texto.

EQ – No processo de amadurecimento intelectual, reunindo material, refletindo e concatenando idéias, em que momento você seguiu o fio condutor da política do Estado segundo a fórmula "Restauração e Renovação"?

WG – Esse trabalho tem a pretensão de fazer uma interlocução com outros textos escritos sobre o período. Abrange todo ciclo militar, ao contrário dos que analisam só uma parte da política educacional do Regime; também contempla uma visão teórica que rompe com as visões instrumentais do Estado. Uma parte da literatura marxista, nesse período, investigou o Estado e sua intervenção na educação, concebendo-o como instrumento. Trata-se de um marxismo empobrecedor, que considera o Estado como instrumento e não como uma relação, como uma concepção relacional do Estado. Como muito bem enfatiza Poulantzas, essa é uma coisa do nó teórico que vai fazer com que eu encare a intervenção do Estado na educação sob múltiplas facetas, com mil relações, com vários aspectos relacionais e que devem ser captados em sua dinâmica. Nesse sentido, é claro que eu fui buscar respaldo teórico em diversos autores. Foi Gramsci, através de seu conceito de "revolução passiva", que me permitiu fazer essa abordagem ampla, ver esse processo de reforma educacional como um processo de "restauração" e ao mesmo tempo um processo de "renovação". Foi ele que me deu os elementos para compreender o Estado brasileiro ao longo do seu desenvolvimento histórico e, naquele momento particular, de uma certa forma, da intervenção do Estado na vida brasileira. Um outro autor que me forneceu uma ferramenta teórica para estudar a política educacional de forma estrita foi Claus Offe. Então, eu pude depreender que, no que pese a existência de um Regime Militar repressivo, excludente, autoritário, ditatorial, houve não somente um momento de "restauração", quer dizer, momento de "restauração da ordem", como também de "renovação", embora isto tenha ocorrido de forma traumática e indesejável.

Desse modo as reformas também tiveram um aspecto renovador. Mesmo porque aí entra um elemento importante e que diz respeito à questão da hegemonia. Por exemplo: o fato de ter estendido de quatro para oito anos a obrigatoriedade escolar é uma novidade, algo novo. E por mais que não tenha sido cumprida essa escolaridade, a gente não pode negar como novidade, como uma inovação. Isso foi sem dúvida um elemento de "renovação". A própria reforma universitária, apesar de todas as críticas que se faz a ela, incorporou, mesmo assim, uma série de elementos que eram tidos como avançados: a extinção da cátedra, a criação dos departamentos, as disciplinas por crédito, por semestre. Isso era o que estava sendo posto em prática pela Universidade de Brasília (UnB). Era também o que, em grande medida, reivindicava a UNE e os setores avançados do professorado interessados na reforma universitária. É claro que a ditadura deformou a experiência da UnB. Reprimiu brutalmente a Universidade. Burocratizou-a em excesso. Mas a referida reforma colocou um elemento de novidade. E isso teve peso importante, como ponto de legitimação do Regime. É claro que essa política educacional foi regida, evidentemente, por uma lógica privatista. Isso estava presente. Era uma cultura adotada pelos grupos dominantes na época. Nota-se uma influência forte, nas reformas educacionais brasileiras, da teoria do capital humano, das teorias empresariais, além, é claro, da ideologia da segurança nacional. Observe-se os relatórios oficiais produzidos a partir de 1964 (Acordos MEC-USAID, GT Reforma Universitária, GT Reforma do Ensino de 1º e 2º Graus, GT IPES, Comissão Meira Matos), todos diziam o seguinte: "O Estado brasileiro não tem condições de financiar a educação na sua globalidade". Não é que tenha havido uma cronológica seqüência de relatórios, em que um relatório passasse subsídio para outro, às vezes nem coincidiam. Isso eu mostro no livro "Estado Militar e Educação no Brasil". O famoso relatório Atcon, por exemplo, caminhava nesse sentido: é impossível o Estado financiar totalmente a educação,

sobretudo a educação superior. Essa assertiva, apesar de não ter sido implantada inteiramente, causou danos realmente irreparáveis à sociedade brasileira. Muitas medidas práticas foram tomadas no sentido de fazer com que o Estado se desobrigasse com a educação, não somente a superior, como também a de nível médio. Várias providências legais foram tomadas nesse sentido, retirando dos textos constitucionais percentuais mínimos que poderiam ser destinados à educação. Assim, as verbas para educação caíram drasticamente; mas, o que é mais dramático, é que dessas verbas, insuficientes para a educação pública, uma parte substancial delas era enviada para a escola privada que a utilizava de uma forma bastante corrupta. Aqui mesmo no Rio Grande do Norte, a Secretaria de Educação subsidiou escolas privadas, distribuiu carteiras, alocou professores e comprou vagas; enfim, grupos privados receberam generosos subsídios do Estado. O resultado, nós temos hoje com a CPI da corrupção. As escolas do Deputado Fábio Raunheitti (Rio de Janeiro), só elas receberam quinze milhões de dólares da União, enquanto as escolas públicas estão em frangalhos.

EQ – A propósito da política privatizante, podemos concluir que as reformas educacionais foram perversas, porque tanto elitizaram mais o ensino superior, como, em nome da profissionalização, desqualificaram o ensino de 2º grau. É possível precisar onde os danos foram maiores?

WG – É difícil dizer onde os danos foram maiores. Eu diria que a Reforma Universitária e a de ensino do 1º e 2º graus colocaram princípios avançados. Um princípio avançado da Reforma Universitária era o seguinte: a forma prioritária de organização do ensino superior deve ser a Universidade. E a Reforma de 1º e 2º graus dizia o seguinte: a escolaridade obrigatória, agora, passa a ser de oito anos. No entanto, a maior parte do ensino superior, hoje, está entregue à iniciativa privada e se organiza sob a forma de faculdades isoladas; uma

parcela substancial de nossas crianças está fora da escola. As que estão na escola, freqüentam uma escola de segunda categoria. Além disso a escolaridade média do país gira em torno de 3 anos. Escolaridade essa muito baixa. Isso contrasta com a escolaridade dos países avançados e mesmo com vários países do terceiro mundo, onde a população tem dez anos ou mais de escolaridade. Em vista disso, cerca de 60% da população economicamente ativa no Brasil é virtualmente analfabeta, uma vez que é constituída por aqueles que nunca foram à escola ou quando o fizeram não conseguiram sequer ter quatro anos de escolaridade, correspondente ao curso primário. Temos, assim, um contingente inteiramente excluído da escola. Por outro lado, temos uma geração que passou pelos bancos escolares em todos os níveis, que cursou a Universidade, mas que sofreu a ação nefasta do AI-5, é a chamada geração AI-5 que teve diminuído o seu poder de crítica, afetando dramaticamente a sua formação cultural, pelos conteúdos escolares que foram degradados em virtude da repressão e da censura impostas ao ensino pelo Regime Militar. A isto acrescenta-se uma grande desvalorização do professor, com enormes reflexos na atualidade. O professor hoje é alguém desvalorizado, a ponto de nos vestibulares as áreas referentes às carreiras docentes não estarem sendo preenchidas; estão sobrando vagas e os que entram nas carreiras docentes são os menos qualificados. Quer dizer: uma parte da juventude qualificada intelectualmente, que tem interesse e pendor para a vida acadêmica, não está indo para as carreiras docentes por conta da desvalorização que atinge a área. Sabem que vão gastar parte das suas vidas profissionais em demandas salariais. Então eu diria que é difícil apontar onde o dano foi maior. Eu diria que o dano é global. Mas, como nós sabemos que a educação de base é fundamental, talvez o estrago seja maior aí, porque há uma exclusão da escola e depois, para os pobres, uma escola de segunda categoria. Isso faz com que a separação entre as classes na sociedade brasileira aumente e haja uma rotulação

das pessoas conforme a escola que freqüentam. Em virtude disso, o saber universal, como por exemplo o estudo da matemática, da física, da química, o estudo das línguas, passe a ser cada vez mais domínio de um escasso grupo de pessoas privilegiado economicamente, que tem os códigos para se apropriar desse tipo de saber. Isso significa jogar mais lenha no "apartheid" social, então é um caso extremamente grave. Agora, além disso, há também uma degradação física da rede escolar. É um quadro extremamente difícil. Essa situação de penúria do ensino público levou por sua vez a uma outra coisa gravíssima que foi o corporativismo educacional. Ninguém faz greve porque quer. Faz por causa de toda essa situação. Mas essa situação levou também ao corporativismo educacional que temos hoje. Greve a cada ano, de três, de quatro meses, que na verdade não penaliza o Estado e seus governantes, mas penaliza dramaticamente as classes subalternas. Esse é um quadro muito dramático. Uma herança muito pesada que estamos vivenciando.

EQ – Aqueles que freqüentam o ensino de 1º e 2º graus da rede pública são os que saem perdendo mais? Justamente os dos segmentos mais numerosos, com menor poder aquisitivo e, portanto, sem opção, sem alternativas?

WG – Exatamente, porque é um público mais abrangente, gerando situações extremamente difíceis. Exemplo disso são os membros das classes subalternas que chegam à universidade, ao ensino superior. Quando isso ocorre, chegam pela via das escolas superiores privadas. Quando faço uma crítica às escolas privadas estou fazendo crítica às empresas lucrativas, sem compromisso com a produção de conhecimento, com a pesquisa, com a extensão. Fala-se comumente que em muitos países desenvolvidos as universidades não são públicas. É preciso que se diga, então, que em geral são fundações, instituições responsáveis e não se trata de caça-níqueis. Não são máquinas de ganhar dinheiro.

Então, no Brasil, quem chega à universidade pública, que é a melhor, é da classe média para cima. Além disso, na própria universidade pública existem áreas que são consideradas mais nobres que outras. Realmente, existem áreas nobres às quais só têm acesso os segmentos privilegiados. Essa é uma situação gerada pela desigualdade social brasileira, pelas diferentes políticas implementadas pelo Estado brasileiro. Então, certas áreas são para setores de classe média e alta que estudaram em boas escolas privadas; as estatísticas estão mostrando. Assim, certos profissionais estão sendo formados com recursos oriundos da sociedade como um todo, em algumas áreas que, depois, o consumo dos seus serviços profissionais só será feito por uma elite, tal o alto preço das consultas, exames etc.; um exemplo, entre outros, é o da odontologia. O "pé de chinelo" não tem o direito de passar na calçada de um consultório odontológico.

EQ – Na passagem do chamado Estado Militar para a denominada política neoliberal, intermeada inclusive pelo que se chamou de Nova República, você observa a permanência de alguma prática ou alguma mudança de estratégia no interior das relações entre Estado e Educação?

WG – Eu diria o seguinte: depois do Regime Militar não consigo identificar políticas educacionais claras com alguma continuidade. No Regime Militar, havia políticas educacionais definidas, claras, que a gente podia identificar. Mas, isso não significa dizer que não tenham ocorrido mudanças. Eu acho que ocorreram mudanças democratizantes, por exemplo no que diz respeito à gestão da universidade, à administração da escola pública. Apesar disto novos problemas surgiram. As eleições, conforme vêm ocorrendo nas universidades e escolas, estão trazendo para dentro da instituição escolar um tipo de prática política que nós criticamos: clientelista, populista, corporativista. É preciso, portanto, aperfeiçoar as conquistas obtidas no campo democrático. Por outro lado, foram

reintroduzidos alguns elementos legais no texto constitucional de 1988 que ampliam as verbas para educação. Nós temos uma LDB em discussão que também avança em alguns pontos. Há uma liberdade de pensamento. O aspecto da repressão praticamente desapareceu. Considero isso muito importante. São aspectos que devem ser valorizados. Agora, apesar disso, o quadro de dificuldades permanece. O repasse de verbas públicas para as escolas privadas continua. O que vimos com a CPI da corrupção? A degradação do trabalho do educador continua. Temos um quadro educacional bastante difícil e serão necessários muitos anos para ser superado, pois isto exige a formulação de um projeto para o país que leve em conta as necessidades do povo.

EQ – Como você vê o atual momento político?

WG – Eu vejo de forma contraditória o atual contexto histórico. De um lado, a adoção de fórmulas neoliberais pode agravar o quadro social. De outro lado, alguns acontecimentos recentes indicam que algo mudou na sociedade brasileira. Assim, o *impeachment* de Collor e a CPI do Orçamento dão conta de que está havendo alguma coisa de novo, apesar de tudo. Numa sociedade que sempre se organizou de forma autoritária, com um passado escravista, com uma política e o exercício da política extremamente autoritários, o fato de um Presidente da República ser destituído de seu posto, sem golpe, indica que há uma novidade na sociedade brasileira. O fato de membros eminentes do parlamento e das elites serem objeto de rigorosas investigações constitui uma novidade na vida brasileira. Faz com que surja algum alento. Tal processo tem sido possível, por quê? Porque há um pouco de democracia no país; apesar de alguns problemas, hoje nós temos alguma visibilidade sobre o exercício do poder, o que possibilita uma ação de controle por parte da sociedade. Há, sem dúvida, uma indignação na sociedade contra o comportamento das elites. Essa indignação tem se prestado a pressionar o parlamento.

Está fazendo com que a sociedade civil tenha alguma forma de controle sobre o poder constituído. Isso pode fazer com que desse processo surjam regras políticas, formas mais limpas de exercício da política, mais transparentes, mais democráticas, quem sabe? Formas que possibilitem uma reforma da sociedade brasileira, de modo a integrar o povo no acesso à vida digna, para exercer a cidadania e assim por diante.

EQ – Nesse processo, do ponto de vista do comportamento das elites, você está identificando, atualmente, alguma manobra pelo alto?

WG – Não tenho dúvidas. Eu diria que sim. Isso faz parte da política brasileira. É um traço característico. Nos momentos decisivos de nossa história, o que prepondera é o jogo e as soluções pelo alto excluindo a maioria da sociedade. Os últimos acontecimentos da CPI do Orçamento mostraram as enormes articulações da elite empresarial com a elite política no sentido de constituir um poder paralelo ao do Estado e de frear os avanços democratizantes da sociedade. Os documentos, por exemplo, que foram encontrados no escritório da Construtora Odebrecht, apontam para uma clara preocupação com uma eventual chegada de Lula ao governo do país. Há sempre uma tentativa de buscar um candidato confiável às elites. Ao lado disso é interessante observar como falam os que assumem a bandeira do neoliberalismo. Dizem publicamente no discurso: "menos Estado, mais mercado". Na prática, estão lá, incrustados, aproveitando-se das benesses do Estado, assaltando os cofres públicos, fazendo com que o fluxo de recursos para setores prioritários como saúde, educação, saneamento, previdência, trabalho, parta diretamente para o bolso das grandes empreiteiras, das grandes corporações. Esse é o antiestatismo que eles praticam.

EQ – Esse fluxo de recursos do setor público para o setor privado é uma estratégia do capital frente à incapacidade de acumular nos níveis desejados ou é incapacidade mesmo de ele se reproduzir sem a interferência ou as benesses do Estado?

WG – São as duas coisas. O capitalismo é dinâmico por natureza. É um modo de produção que precisa crescer sem cessar, se renovar sem cessar. Isso é um princípio e ele acaba criando crises no seu próprio movimento de acumulação. E que são crises de acumulação? É o capital ocioso e força de trabalho ociosa. Desse modo, o processo de acumulação entra em crise em virtude da necessidade constante que têm as unidades de capital de se aperfeiçoarem e de aumentar a competitividade num movimento imposto pela concorrência. Então, a produtividade e a competitividade aumentam, fazendo surgir surtos de superprodução e com isso vêm a crise e a recessão. Nesse contexto há necessidade de que os recursos do Estado, ou uma parte deles, passem a ser objeto da acumulação privada do capital. É isso que faz com que o capital reclame contra os excessos estatizantes. O capital reclama contra os excessos estatizantes nesse momento em que há gastos de forma improdutivo e o capital quer abocanhar, quer se apropriar de uma parte dos recursos que são arrecadados pelo poder público. Assim, há uma dificuldade de acumulação e, portanto, uma crise. Por outro lado, há uma crítica à forma de intervenção que favorece os gastos sociais. Há necessidade de que uma parte do orçamento do Estado seja destinada aos grupos privados e há também uma reivindicação de que áreas sejam reprivatizadas, como as áreas de saúde, educação e previdência, que deveriam se tornar objeto de exploração empresarial. Isto tem sido uma tendência histórica do capitalismo.

EQ – Não estão as camadas populares mais desamparadas da função essencial da escola? Contraditoriamente, você não

acha que o professorado nunca esteve tão desmotivado para fazer cumprir essa função, mesmo que consciente de sua importância?

WG – Olha, eu concordo com vocês. É um momento de contradição. De alguns anos para cá existem liberdades públicas, liberdade de ensino. Esse é um aspecto. Um aspecto que não podemos questionar. É um oxigênio que possibilita desenvolver uma atividade educativa mais rica, mais criativa. Mas o que é que está acontecendo? Ao lado dessas liberdades públicas, dessa liberdade intelectual, não veio, acompanhando, um projeto de valorização do professor. Essa é a questão importantíssima. Outro dia li no jornal uma notícia dramática. Uma professora deixou de lecionar porque ganha mais fazendo *strip-tease* numa boate aqui em Natal. Então, o professor é extremamente desvalorizado. Percebe salários irrisórios. Há uma desvalorização do professor, sobretudo o da rede pública. Isso tem desmotivado o compromisso dele como educador. Então, juntou o quê? Juntou uma politização excessiva da área educacional com a desmotivação, por conta da dramática situação salarial. No meu entender, isso está jogando um papel na destruição do sistema educacional. O que é mais grave: não se visualiza um projeto educacional dos educadores. Os educadores deveriam ter um projeto político-pedagógico. Os professores não fazem isso por teimosia, mas porque tem ocorrido extrema desvalorização e, ao lado disso, uma politização em excesso.

Não se pode esquecer, no entanto, o lado da carência material, dos salários aviltantes. Isso leva à formação de um professor sem compromisso, leva à existência de um professor que também, ele mesmo, desvaloriza a educação. Aí, vem a tese de que a educação é algo desvalorizado pela sociedade brasileira e não somente pelas elites. As elites têm como resolver seus problemas, a educação dos seus filhos e a conseqüente preservação do seu capital cultural. Eu diria que

o povo também desvaloriza a educação – os trabalhadores inclusive. A esquerda desvaloriza a educação. Assim como, a meu ver, não existe um projeto educacional do Estado brasileiro nos últimos dez anos. Eu pelo menos não consigo identificar. Mas eu digo a vocês o que é mais dramático: não existe um projeto dos educadores para a educação. Eles não têm projeto. E sem projeto, onde é que podemos ir? Não podemos ir a lugar nenhum. E ainda mais: não existe demanda por educação pública. Vejam as reivindicações que a classe média faz ao governo a respeito da educação. O que a classe média pretende é que o governo baixe as mensalidades escolares. Não há uma demanda forte pela educação pública. Se houvesse, é claro, o Estado colocaria a educação na sua agenda, como prioridade. A formação da agenda do Estado é algo complexo, envolve uma injunção de forças que atuam fortemente no sentido de que o orçamento, que é algo que tem limites, seja destinado a essas prioridades. Evidentemente que esses recursos não estão sendo destinados em escalas aceitáveis para as áreas sociais, nem para educação. Adib Jatene, Ministro da Saúde do governo Collor, foi claro quando disse que são as empreiteiras que definem as prioridades. Estamos vendo agora, na CPI do Orçamento, por que elas demandam fortemente. Elas têm articulação. Estamos, portanto, numa situação dramática. Não temos um projeto do Estado, não temos um projeto da sociedade, não temos um projeto dos educadores para educação. E uma politização sem um projeto educacional às vezes fica sendo um projeto meramente partidário ou, o que é ainda pior, um projeto corporativo.

EQ – Como você vê esse quadro no nosso estado, ou seja, no RN?

WG – Eu vejo da forma que venho analisando nesta entrevista. A destruição do Sistema Educacional passa por dois eixos: passa por uma política educacional destrutiva, que

é a do governo central e dos sucessivos governos estaduais de destruírem a educação, de destinarem poucas verbas e de fazerem o uso político partidário da Educação. No nosso estado, particularmente, isso é dramático. A política salarial é lastimável. A intromissão político-partidária, o autoritarismo reinante etc. Isso é um lado. Mas há outro lado: por conta desse quadro de penúria, surge uma politização, uma partidarização exagerada, um corporativismo, por parte dos professores, que, também, no meu modo de entender, têm o seu papel destrutivo no que diz respeito ao Sistema Educacional. Esta é a minha avaliação. Não sei se vocês concordam. Mas eu vejo assim. Greve por três meses não penaliza as elites. Penaliza as classes subalternas. Então, eu tenho esta avaliação hoje.

EQ – Você vê alguma dicotomia entre o que é proposto ao nível da administração da educação pelo Estado e a realidade educacional das escolas no Rio Grande do Norte?

WG – Vejo. Isso tem sido tradicional na política educacional. Eu não tenho uma investigação concreta, mas, do que conheço de algumas escolas, do que vejo na imprensa, sobretudo do que converso com professores, a situação é lastimável a partir do aspecto físico das escolas, que não têm arborização, paredes limpas e bibliotecas. Nisso vai a ação do público, mas vai também a ação gerencial da própria escola e ação pela qual a comunidade vê a escola.

Não me parece que tenham ocorrido mudanças substanciais. Agora, o que eu tenho percebido pela imprensa é que a Secretaria de Educação tem recebido recursos vultosos, inclusive recursos internacionais. A forma pela qual esses recursos estão sendo empregados, as prioridades é que precisam ser melhor verificadas. A meu ver, é uma situação que permanece extremamente grave. Tem uma coisa que eu gostaria de chamar a atenção e que é válido não somente para

o nosso Estado, mas para o País. As questões educacionais, hoje, voltaram a ter uma grande valorização. Na Europa, por exemplo, fazem parte da pauta reivindicatória dos sindicatos as questões educacionais. Por quê? Com as mudanças nas relações de trabalho, com a terceira revolução industrial, com a microeletrônica, com as novas tecnologias, com a substituição do fordismo, com a chamada acumulação flexível, cada vez mais está sendo exigido da força de trabalho um certo nível de escolarização. Cada vez mais está diminuindo a idéia de uma força de trabalho barata e desqualificada. O próprio conceito de qualificação passa por um processo de revisão que implica no domínio de conteúdos que devem ser fornecidos pela escola. Assim, as geniais análises feitas por Marx no livro *I d'O Capital* e por outros autores, nos anos 70, como Braverman, estão sendo revistas no tocante a este aspecto. Isso é um fato que merece ser analisado em uma sociedade como a nossa. Se levarmos em conta que alguns especialistas consideram alfabetizadas pessoas que tenham pelo menos quatro anos de escolaridade, temos um grande percentual da força de trabalho constituído de pessoas virtualmente analfabetas. Então é uma população que vai ter dificuldade de acesso ao mercado de trabalho nessa nova configuração. Vai ter dificuldade de exercer o direito à cidadania e de participar da vida moderna. Ter acesso aos códigos elaborados é vital para a vida moderna.

EQ – Como você vê o futuro de toda essa força de trabalho que está sendo jogada fora do mercado?

WG – Isso é uma pergunta de futurologia. Difícil de ser respondida. Em primeiro lugar porque tem sido uma tendência histórica do capitalismo substituir camadas de trabalhadores por outras mais aptas para atender o ciclo produtivo. Em segundo lugar porque há, em nível internacional, uma crise do Welfare State, do modelo keinesiano que restringe os gastos sociais, entre os quais o seguro-desemprego, sob a

égide de políticas neoliberais. Há uma crise que faz gerar conflitos entre os incluídos e os excluídos do sistema, como afirma Robert Kunz, de conseqüências imprevisíveis. Caso não ocorram mudanças significativas, o processo de marginalização social pode levar a níveis insuportáveis de violência e de degradação social, sobretudo nos países periféricos, conforme vem acontecendo nos grandes centros urbanos do Brasil.

EQ – Você guarda alguma expectativa?

WG – É difícil. Mas a gente tem que procurar saídas.

EQ – Como você vê a CPI da Corrupção em curso no Congresso Nacional?

WG – Todo e qualquer aspecto da realidade temos que encarar sob múltiplas dimensões. No caso da CPI da Corrupção, há um aspecto negativo a se observar, qual seja o de quanto nossas instituições estão apodrecidas. Contudo, ela revela aspectos importantes ao deslocar a crítica da política em geral para a crítica da prática política feita pelas elites do país. Durante muito tempo prevaleceu apenas a crítica da política em geral. Isto é muito perigoso, pois pode servir de estímulo ao autoritarismo, à implantação de uma ditadura. Deve ser feita a crítica de alguns políticos, de algumas práticas políticas e não da política. Então, agora a CPI está mostrando claramente como nossas elites se comportam, e, do outro lado, vejo um ponto positivo. É aquilo que falei há pouco tempo, um certo controle da sociedade civil sobre a gestão do Estado pode levar a formas mais democráticas do exercício do poder, que possibilitem, por sua vez, a adoção de reformas sociais inadiáveis. Uma gestão mais democrática pode possibilitar melhores condições de vida para a maioria da sociedade ao adotar, por exemplo, políticas redistributivas. E isso também tem um significado, isso é importante. O que

vem acontecendo do ano de 1992 para cá, a CPI do Orçamento, o *impeachment* de Collor deixam claro que são as elites, que não têm compromisso com o país, que se apropriam do Estado. Isto, para mim, é um fato importante que pode trazer algum alento, alguma reforma. Poderá não trazer, mas poderá trazer algumas mudanças no quadro eleitoral do país em 1994. Eu acho que sempre devemos buscar caminhos que levem à reforma social, e mesmo à transformação estrutural, a mudanças significativas na sociedade. Devemos lutar, apesar do quadro difícil.

Neste quadro, é claro, permanece a minha indignação em face das degradantes condições de vida do povo brasileiro e da indiferença das suas elites. A esse respeito Claude Leffort, notável pensador francês, assim se expressou: "O que há de cruel aqui é o jeito de a elite agir como se não estivesse implicada no fenômeno da pobreza".